



“O grande obstáculo ao investimento hoje no país é a inflação de 18% a 20% ”

Mário Henrique Simonsen



“Aos olhos da opinião pública parece que há imposição do FMI para reduzir salário”

Márcio Fortes

Economistas acham fim da URP inviável

A idéia derrotada dos ministros da área econômica de suspender por três meses a correção dos salários do funcionalismo público foi uma proposta “desesperada” adjetivou o professor Mário Henrique Simonsen. Ele lembrou as distorções salariais no setor público. “Lá há gente que ganha pouco e gente que ganha demais, há gente que trabalha duro e gente que não aparece”, conta o ex-ministro. Significa, na opinião de Simonsen, “a atitude de um ministro da Fazenda absolutamente desesperado diante do déficit público”.

O JORNAL DO BRASIL colocou para os debatedores uma questão simples, quase aritmética: de que forma um indexador que fica abaixo da inflação pode provocar um aumento da proporção dos gastos com salários nas contas gerais do governo? Ficou claro que ninguém está entendendo direito as projeções feitas pelo governo, que levam as despesas de pessoal de 15% da receita líquida há dez anos para 106% da arrecadação em 88.

— Os números são discordantes e o grau de informação não parece muito claro. Só está claro que o governo está falido — disse Simonsen.

— Mas mesmo na falência está certo que ele não vai parar de pagar salários dos seus funcionários e vai cada vez mais adiar investimentos ou, o

que é pior, ficar devendo, passar o calote no fornecedor — aparteu Márcio Fortes.

Uma primeira explanação ensaiada pelos economistas para o aumento dos gastos com a folha — seja de que tamanho for — é que o governo tem feito prodigamente concessões aos seus funcionários além da URP. Há apenas a concordância de que retirar a URP agora é perigoso. “Se o governo partir para a loucura de abolir a URP vai haver uma greve geral e outras consequências políticas graves, inclusive uma reação militar”, acredita Paulo Singer.

Márcio Fortes acha que há um agravante. “Está parecendo aos olhos da opinião pública que existe uma imposição do FMI.” Ao anunciar um acordo externo é depois tentar mexer na questão salarial do setor público o governo deu a impressão de que uma coisa está ligada à outra. “Eu acho que o controle dos gastos vai ter que acontecer de alguma forma”, profetiza Fortes.

Chico Lopes lembrou que o governo se inspirou na Fiesp para propor o congelamento por três meses da URP. “É a idéia do Francini.” Mas Lopes é contra. “Com uma inflação de 20% adi mês pensar em reajustes com periodicidade menor do que a mensal é injusto e não vai conter a inflação.” Lopes propôs que o governo pagasse parte dos salários com um empréstimo compulsório de resgate de longo prazo: “Difícil vai ser explicar para o Leônidas” (ministro do Exército) brincou alguém. Ao final do debate sobre a proposta rejeitada pelo CDE, na quarta-feira, houve concordância em que é preciso cortar gastos públicos, inclusive com salários, mas de forma seletiva e mais eficaz. A idéia dos ministros da Fazenda e Planejamento foi classificada como “politicamente inviável e economicamente inútil”.